



Definir desenvolvimento compatível com o clima

Mensagens chave

- As alterações climáticas representam ameaças e oportunidades para o desenvolvimento. O desenvolvimento compatível com o clima procura minimizar estas ameaças e maximizar as oportunidades.
- É uma resposta a um novo cenário de desenvolvimento de riscos, incertezas, padrões de inovação, produção e comércio variáveis.
- Os decisores políticos devem promover o crescimento e o desenvolvimento social, ao mesmo tempo que aumentam a resistência às alterações climáticas, reduzem as emissões ou as mantêm num nível baixo.
- Se os decisores políticos não conseguirem integrar as estratégias de mitigação, adaptação e desenvolvimento, perderão oportunidades de economias de eficácia e poderão seguir estratégias que resolvem um problema à custa do agravamento de outros.

Autores:

Dr. Tom Mitchell

Director do Programa sobre Alterações Climáticas, Ambiente e Florestas (*Climate Change, Environment and Forests Programme*) do Overseas Development Institute (ODI).

Simon Maxwell CBE

Investigador Sénior Associado do Overseas Development Institute e Presidente Executivo, CDKN.

"Desenvolvimento compatível com o clima" é o desenvolvimento que minimiza o dano causado pelos impactos do clima, ao mesmo tempo que maximiza as inúmeras oportunidades de desenvolvimento humano associadas a um futuro com baixos níveis de emissões e mais resistente às alterações climáticas. As alterações climáticas, e as respostas a estas alterações, estão a provocar uma mudança complexa dos padrões de inovação, comércio, produção, distribuição populacional e risco. Isto está a criar um novo cenário de desenvolvimento para os decisores políticos, que necessitam de estimular e sustentar o crescimento económico e o desenvolvimento social face a múltiplas ameaças e incertezas, ao mesmo tempo que também reduzem as emissões ou as mantêm num nível baixo.

Ao lidar com estes desafios, o desenvolvimento compatível com o clima vai além da divisória tradicional das estratégias de adaptação, mitigação e desenvolvimento. Em vez disso, realça as estratégias climáticas que adoptam objectivos e estratégias de desenvolvimento que integram as ameaças e as oportunidades das alterações climáticas. Consequentemente, anuncia uma nova geração de processos de desenvolvimento que protegem este dos impactos causados pelo clima (desenvolvimento resistente às alterações climáticas) e que reduz ou mantém as emissões em níveis baixos sem comprometer os objectivos do desenvolvimento (desenvolvimento com baixas emissões). O desenvolvimento compatível com o clima vai mais longe, ao solicitar aos decisores políticos que considerem estratégias que tragam benefícios simultâneos em 3 vertentes ("triplos benefícios") que resultem em baixas emissões, aumento da resistência às alterações climáticas e promoção do desenvolvimento.

As alterações climáticas levantam questões fundamentais para os decisores políticos (Caixa 1). Por exemplo, como é possível conseguir alimentar 9 milhares de milhões de pessoas com uma agricultura com baixas emissões quando esta está ameaçada por escassez de água, doenças relacionadas com o clima e expansão da terra utilizada para biocombustíveis? De que modo se poderá reduzir a pobreza, em termos de energia, de 1,3 milhares de milhões de pessoas sem aumentar as emissões? Como é possível aumentar a resistência a repetidas crises alimentares, de combustível e financeiras e a uma crescente incerteza e escassez de recursos? À medida que o impacto das alterações climáticas se faz notar e que os futuros cenários do aquecimento global se agravam é inevitável que todos os países fiquem sujeitos a um conjunto de transformações. Os países devem, usando combinações diferentes:

- crescer e reduzir a pobreza enquanto, simultaneamente, reduzem as emissões ou as mantêm baixas
- procurar maneiras de se adaptarem a temperaturas mais elevadas, subida do nível dos oceanos e eventos climáticos extremos mais frequentes
- adaptar-se a preços internacionais variáveis, por exemplo, em consequência do aumento do custo dos transportes
- aproveitar as oportunidades resultantes da abertura de novos mercados, por exemplo, para o sequestro de carbono ou para novas tecnologias de energias renováveis
- cooperar com instituições internacionais à medida que se forem criando novos acordos climáticos e estabelecidos novos mecanismos de execução financeira.

"O desenvolvimento compatível com o clima é mais do que um simples problema tecnocrático – diz respeito à transformação das vias de desenvolvimento com o fim de enfrentar directamente o problema do clima."

Caixa 1: Ameaças do clima

Agora será extremamente difícil limitar o aquecimento global a um valor inferior a 2°C. Este objectivo representa o aumento máximo possível antes de os impactos do clima se tornarem catastróficos e foi incluído no Acordo de Copenhaga de 2009. Os compromissos assumidos pelos países até à data, no sentido de reduzirem as emissões de gases com efeito de estufa, sugerem que até ao ano de 2100 o aumento de temperatura será entre 2,9°C e 4,4°C (*Climate Action Tracker* 2010). Conseguir um aumento de 2°C significa reduzir as emissões globais em 4% ao ano, se começarmos imediatamente, e muito mais se houver um atraso na tomada de acção.

Apesar de a responsabilidade pela redução da maioria das emissões incidir sobre os países ricos, até mesmo os países mais pobres devem considerar a redução da intensidade de carbono das suas economias, tendo presente o que está em risco e as oportunidades de desenvolvimento que lhes surgirão se o fizerem. Mesmo assim, os desfasamentos no sistema global do clima implicam que nenhuma redução das emissões, por mais significativa que seja, evitará as alterações climáticas durante as próximas décadas (PIAC 2007).

Os impactos das alterações climáticas, actuais e a curto prazo, incluem o aumento do nível dos oceanos, das ondas de calor e da intensidade de precipitação e reduções na disponibilidade da água e no rendimento de culturas de sequeiro. As estratégias dos países para o desenvolvimento, e para manter baixas emissões, terão de aumentar a capacidade de adaptação a estes impactos.

Conseguir um desenvolvimento compatível com o clima que englobe todos estes desafios é uma tarefa muito árdua. Isto é consequência de vários factores, incluindo as dificuldades na previsão da escala e ocorrência das alterações, ou de quem beneficiará ou perderá em resultado de cada decisão através de regiões, sectores, grupos sociais e gerações; a incapacidade de estabelecer um preço para o carbono e as flutuações nos preços; e a necessidade de estratégias que abranjam várias décadas em vez de um único ciclo político.

Um novo cenário de desenvolvimento

Desenvolvimento compatível com o clima significa uma nova história do desenvolvimento – uma história caracterizada por padrões variáveis de inovação, produção e comércio, ligados a respostas climáticas e a riscos e incertezas de natureza financeira, relativos a catástrofes, conflitos e clima, de níveis sem precedentes. O financiamento da luta contra as alterações climáticas, por exemplo, é uma parte fundamental desta nova história e assinala um novo relacionamento global moldado pelo princípio do "poluidor pagador", em vez da compaixão. Isto significa: estruturas de governação para atribuição de capital que favoreça os países em desenvolvimento; resistência ao uso de regras e condições de auxílio tradicionais; novas linhas de responsabilidade para com a Conferência-Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas (CQNUAC) em vez dos "prestadores de auxílio" tradicionais; e pedidos dos países em desenvolvimento para acesso directo a financiamento sem ser necessário ter de passar por intermediários.

Este é um teste muito importante para todos os decisores políticos, que têm de "navegar" por estas alterações enquanto incentivam e mantêm um crescimento e um desenvolvimento social com baixas emissões e resistente às alterações climáticas. São necessárias estratégias que criem um consenso nacional a longo prazo em torno de objectivos acordados e políticas sensíveis a riscos e incertezas e consistentes com acordos internacionais e politicamente responsáveis (Hedger and Sharma 2010; Kaur 2010). Embora estas estratégias comecem a estar expressas em documentos

específicos do clima, como os Programas de Acção Nacionais para Adaptação – PANA (*National Adaptation Programmes of Action – NAPA*) ou Medidas de Mitigação Adequadas a Nível Nacional (*Nationally Appropriate Mitigation Actions – NAMA*), a sua integração total nos planos nacionais e quadros orçamentais e em potenciais mecanismos de coordenação é vital, porque o desenvolvimento compatível com o clima necessita de tocar em todos os sectores e incluirá medidas regulamentares, assim como fiscais.

Reconhecendo as ameaças e oportunidades apresentadas pelas alterações climáticas, o desenvolvimento compatível com o clima significa fundir as estratégias que até hoje tiveram tendência a actuar isoladamente (Figura 1), estando a avaliação do progresso e, potencialmente, a combinação destas estratégias no centro do desenvolvimento. As seguintes secções explicam mais detalhadamente estas estratégias individuais e as potenciais sobreposições.

Estratégias de mitigação

A mitigação das emissões de gases com efeito de estufa (GEE) significa usar menos energia, gerar mais energia a partir de fontes com baixas emissões, proteger os armazenamentos de carbono, como as florestas, incentivar o desenvolvimento de tecnologias de baixas emissões e proporcionar incentivos que desencorajem os investimentos em tecnologias de altas emissões. As estratégias de mitigação abrangem quase todos os sectores, especialmente os da energia, indústria, agricultura, silvicultura e transportes. Isto oferece aos decisores políticos a possibilidade de escolherem como partilhar as emissões entre os vários sectores e as opções para o investimento no crescimento económico.

A redução das emissões de GEE é menos prioritária em países com baixo rendimento, que contribuíram menos para as alterações climáticas. No entanto, quando se toma em consideração as mudanças na utilização da terra e na silvicultura, as emissões de países como a Indonésia, Malásia, Myanmar e República Democrática do Congo passam a ser muito mais significativas (consultar a Fig. 2), assim como a importância de

Figura 1: Desenvolvimento compatível com o clima



Fonte: adaptado de Zadek, 2009, e de comunicações informais com o pessoal do Departamento de Desenvolvimento Internacional do Reino Unido (DDI).

REDD+ (consultar a Caixa 2) para a política internacional das alterações climáticas.

Contudo, as políticas internacionais de mitigação dão origem tanto a ameaças como a oportunidades para os países em desenvolvimento (Peskett 2010). A redução das emissões e a protecção dos armazenamentos de carbono são relativamente baratas em países pobres e os mercados internacionais e os investimentos públicos e privados oferecem incentivos para transições para baixas emissões ou para se manterem os baixos níveis de emissões (Caixa 2). Os países pobres, contudo, necessitam de assegurar que os incentivos também gerem benefícios de desenvolvimento e redução da pobreza. Esta é a base do desenvolvimento com baixo nível de emissões (consultar a Figura 1), em que se observa uma sobreposição das estratégias de desenvolvimento e de mitigação. Contudo, existem provas sistemáticas limitadas da redução da pobreza ou de benefícios de desenvolvimento mais abrangentes resultantes da passagem de altas emissões para estratégias de desenvolvimento que reduzem as emissões ou as mantêm baixas.

Caixa 2: Desenvolvimento com baixas emissões a favor dos pobres na Guiana

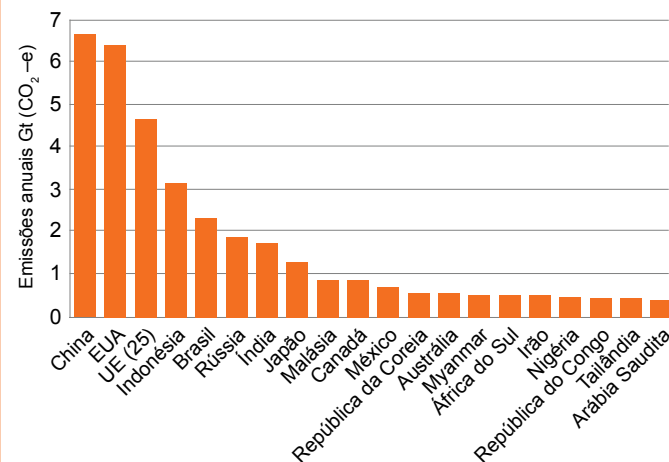
A Estratégia de Desenvolvimento de Tecnologias de Baixo Teor de Carbono de 2009, da Guiana, incide no pagamento para a conservação da sua floresta tropical através de mecanismos de Redução das Emissões da Desflorestação e da Degradação de Florestas (*Reducing Emissions through Deforestation and Forest Degradation – REDD+*). Os pagamentos serão utilizados em investimentos em energias limpas (especialmente as hídricas), na adaptação relacionada com inundações e no desenvolvimento das economias de aldeias, incluindo o reforço dos cuidados de saúde e da educação.

Até 2020 a Guiana espera desenvolver a sua infra-estrutura económica de baixo carbono, aumentar o emprego nos sectores económicos de baixo carbono e assegurar novas oportunidades para a redução da pobreza das comunidades dependentes das florestas e outras comunidades autóctones.

Esta pode ser a estratégia de desenvolvimento com baixo carbono mais progressiva preparada por um país de baixos rendimentos e beneficiou de uma forte liderança doméstica, uma importante relação de financiamento bilateral com a Noruega e o apoio do Fundo de Parceria de Carbono (*Carbon Partnership Facility*) do Banco Mundial.

Fonte: Ellis et al. (2009) *Policies for Low Carbon Growth*, Documento de Debate do ODI.

Figura 2: Os 20 gases com maior efeito de estufa, cerca de 2004



Fonte: CQNUAC (2007), Governo da Austrália (2008), *World Resources Institute* (2008).

Existem lacunas de conhecimento no que se refere a tomar as estratégias de mitigação resistentes às alterações climáticas, um pré-requisito para a obtenção dos "co-benefícios" assinalados na Figura 1. Por exemplo, os projectos hídricos são sustentáveis com menos precipitação? As centrais nucleares devem ser construídas ao nível do mar? As medidas de redução de emissões, embora intensifiquem a produção no sector agrícola, obrigam as famílias a restringir-se a meios de vida mais arriscados e de menor diversidade?

Estratégias de adaptação

As estratégias de adaptação salientam e implementam medidas para reduzir, moderar e tirar partido dos impactos do clima a todas as escalas. Estas estratégias podem visar: a criação de altos níveis de diversidade económica e de meios de vida; a promoção de competências, aprendizagem e inovação; a redução da dependência de serviços de ecossistemas; a redução da desigualdade; e a certeza de que os processos de tomada de decisão a múltiplos níveis estão bem interligados e incluem a participação de todos os grupos interessados.

Alguns exemplos práticos incluem o investimento na redução do risco de catástrofes, a criação de medidas de protecção da segurança alimentar quando as secas causam o aumento dos

preços dos alimentos, ou o desenvolvimento de capacidade de armazenamento extra de água capaz de suportar níveis de precipitação variáveis.

A adaptação sobrepõe-se naturalmente ao desenvolvimento porque a vulnerabilidade sensível ao clima e as estratégias de redução da pobreza são essenciais para a adaptação. A sobreposição é conhecida como desenvolvimento resistente às alterações climáticas, que é definido como o desenvolvimento que possui a capacidade de absorver e de se recuperar rapidamente dos impactos e stresses causados pelo clima (Figura 1). Neste contexto, a resistência descreve a variação que um sistema pode suportar, o seu grau de reorganização e a extensão da sua criação de capacidade de aprendizagem e de adaptação.¹

Distingue-se do desenvolvimento tradicional, porque o desenvolvimento resistente às alterações climáticas dá maior realce à complexidade e à incerteza e ao modo como a sociedade consegue aprender e reorganizar-se a fim de criar transformações benéficas e sustentáveis (Caixa 3).

Para assegurar o desenvolvimento resistente às alterações climáticas poderia haver um processo de quatro fases. Em primeiro lugar, os decisores políticos avaliariam os riscos e incertezas do clima. Em segundo lugar, desenvolveriam e avaliariam medidas para a resolução desses riscos e incertezas. Em terceiro lugar, dariam prioridade às medidas mais eficazes e, finalmente, integrá-las-iam nas estratégias de desenvolvimento.

As estratégias de desenvolvimento resistente às alterações climáticas podem implicar investimento em infra-estruturas, como barragens e defesas marinhas. É importante considerar as emissões relativas e os potenciais impactos ambientais das várias opções, dando prioridade às que não aumentam as emissões de GEE ou não são nocivas para o ambiente. Isto também é importante para proteger os possíveis co-benefícios resultantes da interligação das estratégias de adaptação e mitigação (consultar a Figura 1).

Estratégias de desenvolvimento

As estratégias de desenvolvimento têm de estar alinhadas com os desafios apresentados pelas alterações climáticas. Em termos económicos as alterações climáticas, e as suas medidas de resposta, estão a mudar os preços relativos de insumos e resultados, e a relação física entre eles. Portanto, tanto os negócios como os países estão a observar uma mudança nas possibilidades e preços da produção, e isto determina o equilíbrio óptimo entre a utilização de recursos e o "mix" óptimo de resultados. As alterações climáticas estão a criar novos vencedores e novos perdedores, nos países e entre países.

Os desafios e as oportunidades de um desenvolvimento económico relacionado com o clima significam que:

- Todos os exportadores são afectados pelo aumento do custo dos transportes ou pelos preços relativos variáveis dos diferentes tipos de transporte. Assim, as estratégias de crescimento orientadas para a exportação podem não ser tão atractivas ou necessitar de serem alteradas. As economias insulares que dependem do turismo, por exemplo, podem ser negativamente afectadas pelo aumento do preço dos

Caixa 3: Aumentar a resistência climática na Bolívia

A Bolívia atribui a sua falta de resistência climática a uma capacidade científica insuficiente para a monitorização das alterações climáticas, falta de foco na gestão de risco, inexistência de um diagnóstico abrangente das diversas vulnerabilidades através de regiões, grupos sociais e grupos de pobreza e inexistência de uma estratégia nacional de criação de resistência às alterações climáticas, ou de um plano de acção para uma política de investimento.

A Bolívia, contudo, é um dos países sobre os quais se concentra o Programa Piloto de Resistência Climática (*Pilot Programme on Climate Resilience – PPCR*) gerido pelo Banco Mundial. Este ano o apoio do PPCR ajudará a Bolívia a reforçar os sistemas de apoio à informação e às decisões, desenvolver um conselho nacional interdepartamental sobre as alterações climáticas, integrar a gestão de risco num novo Plano de Desenvolvimento Económico e Social e formular planos de investimentos sectoriais e territoriais para reforçar a capacidade institucional e os mecanismos de aprendizagem.

Fonte: "Fourteen developing countries advance on transformational climate action". http://www.climateinvestmentfunds.org/cif/Pilot_Programs

transportes aéreos. O mesmo acontece com as estratégias agrícolas orientadas para a exportação, como o comércio da flores ou a horticultura, que também enfrentam incertezas face às alterações climáticas e ao volume e distribuição da precipitação.

- Alguns produtores de países em desenvolvimento podem beneficiar com a exploração da procura de biocombustíveis ou as oportunidades apresentadas pelos incentivos do mercado de carbono para a conservação das florestas. Por outro lado, os países cuja economia depende tradicionalmente da exportação de fontes de combustível rico em carbono, como o petróleo e o carvão, podem sofrer com um desvio para a procura de combustíveis mais limpos.
- As tecnologias de adaptação e mitigação estão a desenvolver-se rapidamente, criando oportunidades para os inovadores transformarem em lucros, desvantagens para os que tardam em se adaptar às novas realidades e o potencial para grandes avanços tecnológicos. A inovação tecnológica também pode criar novas oportunidades de recursos. A procura de uma nova geração de baterias, por exemplo, é uma boa notícia para a indústria do lítio na Bolívia.

Estes impactos económicos, directos e indirectos, das alterações climáticas no desenvolvimento significam que os decisores políticos têm de considerar a aplicabilidade de diferentes estratégias de crescimento económico e, em muitos casos, ter em consideração como incentivar e regular as transições para baixas emissões, a inovação tecnológica e o desenvolvimento de competências. As estratégias de desenvolvimento, independentemente de se sobreporem ou não às estratégias de mitigação ou adaptação, têm de reconhecer as ameaças e as oportunidades apresentadas pelo novo cenário de desenvolvimento relacionado com o clima.

Estratégias de desenvolvimento compatíveis com o clima

As estratégias de desenvolvimento compatível com o clima procuram, simultaneamente, reduzir as emissões ou mantê-

las num nível baixo, promover o desenvolvimento e aumentar a resistência às alterações climáticas. Nalguns casos as estratégias de desenvolvimento compatíveis com o clima podem ser desenvolvidas através de projectos ou programas individuais ou, alternativamente, envolver a necessidade de os decisores políticos equilibrarem as prioridades nos vários sectores e regiões, a fim de conseguirem o mesmo objectivo. Assim, embora os desenvolvimentos agrícolas aumentem a resistência às alterações climáticas, mas resultem em aumentos líquidos das emissões, este aumento é compensado por maior redução sustentável das emissões no sector da energia. Os programas individuais de desenvolvimento compatível com o clima podem incluir energias renováveis distribuídas, que beneficiam a saúde por reduzirem a dependência da queima do carvão e que oferecem oportunidades para a diversificação dos meios de vida. Além disto, os programas de protecção social que garantem o trabalho remunerado (*cash-for-work*), como o Esquema Nacional de Garantia de Emprego Rural (*National Rural Employment Guarantee Scheme*) da Índia, podem incentivar o trabalho em projectos de adaptação e mitigação. A uma escala mais ampla, o isolamento térmico das habitações e propriedades comerciais pode reduzir as emissões, criar empregos ecológicos e aumentar a resistência aos extremos de calor.

Ao avaliar as opções de desenvolvimento compatível com o clima que resultam em "triplos benefícios", os decisores políticos terão de saber qual a relação custo/benefício das diferentes estratégias e a possibilidade de se alcançarem economias de eficácia por combinação de várias estratégias. Este processo de avaliação também necessita de tomar em conta os potenciais compromissos entre as respostas políticas às alterações climáticas, como a construção de uma infra-estrutura de energias renováveis a nível do mar, ou em terras de pasto, ou permitir uma utilização mais intensiva de ar condicionado para se adaptar às temperaturas crescentes, se a electricidade for gerada em centrais a carvão.

A identificação destes compromissos e a "navegação" no novo cenário de desenvolvimento apresentam um novo desafio para os decisores políticos, para os profissionais e para um debate público sobre a obtenção dos objectivos de desenvolvimento. Os desafios são inequivocamente complexos e técnicos, mas o desenvolvimento compatível com o clima é mais do que um problema tecnocrático – diz respeito à transformação das vias de desenvolvimento com o fim de enfrentar directamente os problemas do clima. Dada a gravidade das ameaças e a riqueza de oportunidades, não podemos perder tempo.

Recomendações

Para se conseguir um desenvolvimento compatível com o clima, os decisores políticos devem:

- Desenvolver sistemas de governação nacionais e subnacionais, incluindo medidas legislativas, de arquitectura institucional, regulamentares e de responsabilização, que possam tirar partido da associação de esforços para a redução das emissões ou a sua manutenção em níveis baixos, aumentar a resistência ao clima, crescer e desenvolver-se.
- Integrar medidas de aumento da resistência e redução do risco nas estratégias de desenvolvimento e de crescimento com baixas emissões, a todas as escalas.
- Assegurar que as transições para um crescimento com baixas emissões e resistente ao clima tragam benefícios significativos para as populações pobres.
- Reconhecer as ameaças e oportunidades associadas ao novo cenário internacional de desenvolvimento relacionado com o clima e planear como necessário.

Bibliografia e notas finais

Bibliografia

Climate Action Tracker (2010) *Climate Action Tracker Update*, Ecofys, Climate Analytics and PIK. Acessível online: <http://www.climateactiontracker.org>

Ellis, K., Baker, B, and Lemma, A. (2009) *Policies for Low Carbon Growth*. Relatório de Investigação do ODI, ODI, 81 pág.

Hedger and Sharma (2010) "*Moving forward on climate change planning: Lessons from Orissa*". Síntese de Políticas, CDKN.

PIAC (2007) *Resumo do Quarto Relatório de Avaliação para os Decisores políticos*, Grupo de Trabalho II.

Kaur (2010) "*Planning climate compatible development: Lessons from experience*". Síntese de Políticas, CDKN.

Peskett (2010) "*Is REDD+ an opportunity to support climate compatible development?*". Síntese de Políticas, CDKN, a publicar.

Governo da Austrália (2008) "*The Garnaut Climate Change Review*" baseado em dados de 2004 da CQNUAC (2007) para os EUA e UE (25), Rússia, Japão e Canadá; dados de 2004 do *Department of*

Climate Change (2008) para a Austrália (utilizando a comunicação da CQNUAC); e do *World Resources Institute* (2008) para os outros países (dados de 2000, excepto para as emissões de CO₂ de combustíveis fósseis, que são dados de 2004). O relatório está disponível online em <http://www.garnautreview.org.au/chp3.htm>.

Zadek, S. (2009) "*Catalyzing Low Carbon Growth and Development*". Apresentação disponível online em *Project Catalyst and AccountAbility* em: http://www.accountability21.net/uploadedFiles/AccountAbility_Climate_Competitiveness_Brasil_300909.pdf [Acedido a 10 de Novembro de 2010].

Notas finais

1. *Living with Environmental Change programme "resilient development in social science ecological systems"*. Disponível online: <http://www.lwec.org.uk/activities/resilient-development-social-scienceecological-systems>, acedido a 27 de Outubro de 2010

O que é a Aliança Clima e Desenvolvimento?

Somos uma aliança de seis organizações privadas e não governamentais que opera em quatro continentes. A nossa equipa é constituída por cientistas do clima, investigadores, economistas, consultores, gestores de projecto e directores regionais. A Aliança oferece apoio através das suas organizações aliadas, assim como da contratação dos melhores serviços de todo o mundo.

Que apoio fornece a Aliança aos países em desenvolvimento?

A Aliança Clima e Desenvolvimento pode ajudar os decisores dos países em desenvolvimento proporcionando auxílio em quatro áreas descritas a seguir: Investigação, Assistência Técnica, Partilha de Conhecimentos e Parcerias.

Identificaremos as lacunas e principais prioridades no domínio da **Investigação** e comissionaremos novas actividades de Investigação aplicada relevantes para as políticas, que respondam directamente às exigências dos decisores dos países em desenvolvimento. Daremos ênfase ao aumento da capacidade de investigação das instituições de investigação e peritos locais, sempre que isso for possível.

O nosso programa de **Assistência Técnica** proporcionará aos governos e outros decisores dos países em desenvolvimento apoio técnico personalizado e orientado pela procura, com o fim de:

- Aumentar a integração do crescimento com resistência ao clima e com baixo teor de carbono na elaboração de políticas, planeamento e implementação
- Aumentar a capacidade institucional para a alavancagem do financiamento das medidas de combate às alterações climáticas, com o fim de estas conseguirem o máximo impacto
- Aumentar a coordenação entre decisores em todos os sectores e países para a implementação de um desenvolvimento compatível com o clima.

A **Partilha de Conhecimentos** eficaz é um pilar fundamental da Aliança. O nosso trabalho será moldado pelas exigências que surgirem a nível de cada país. Preencheremos as lacunas e criaremos ligações com as iniciativas existentes, em vez de as duplicarmos. Utilizaremos ao máximo as ferramentas de comunicação mais actualizadas, organizaremos eventos presenciais e utilizaremos materiais impressos, vídeos e outros formatos para chegarmos às várias audiências.

As **Parcerias** são o núcleo da Aliança. Em todo o nosso trabalho procuramos incentivar e apoiar as parcerias locais, ao mesmo tempo que possibilitamos o acesso às melhores competências nos domínios do desenvolvimento e alterações climáticas. Esta abordagem, que pretende reunir indivíduos e organizações em redor de problemas de desenvolvimento compatível com o clima, apoiará a criação de capacidade nos países em desenvolvimento.

Publicações da CDKN

Hedger and Sharma (2010) "*Moving Forward on Climate Change Planning: Lessons from Orissa*". Síntese de Políticas, CDKN.

Peskett (2010) "*Is REDD+ an opportunity to support climate Compatible development?*". Síntese de Políticas, CDKN, a publicar.

Kaur (2010) "*Planning climate compatible development: Lessons from experience*". Síntese de Políticas, CDKN, a publicar.

De que modo pode a CDKN ajudar os países em desenvolvimento?

A Aliança Clima e Desenvolvimento (*The Climate and Development Knowledge Network – CDKN*) tem como objectivo ajudar os decisores nos países em desenvolvimento a projectar e implementar um desenvolvimento compatível com o clima.

Concretizamos isto realizando actividades de investigação orientadas pela procura e proporcionando assistência técnica e canalizando os conhecimentos mais actualizados sobre alterações climáticas e desenvolvimento com o objectivo de apoiar os processos políticos a nível do país.



www.cdkn.org

e: enquiries@cdkn.org

t: +44 (0) 207 212 4111

Este documento é o resultado de um projecto financiado pelo Departamento de Desenvolvimento Internacional do Reino Unido (DDI) para benefício dos países em desenvolvimento. Contudo, as opiniões expressas neste documento, assim como as informações incluídas, não são necessariamente as do DDI, nem foram aprovadas por este, não aceitando qualquer responsabilidade por tais opiniões e informações, ou pela confiança depositada nas mesmas. Esta publicação foi preparada apenas para orientação geral em assuntos de interesse e não representa aconselhamento profissional. Não se deve agir com base na informação aqui incluída sem primeiro obter aconselhamento profissional específico. Não se fazem quaisquer declarações nem se oferecem garantias (expressas ou implícitas) relativamente à exactidão ou integralidade da informação incluída nesta publicação e, na medida do permitido por lei, os membros da Aliança Clima e Desenvolvimento, o Departamento de Desenvolvimento Internacional do Reino Unido (DDI), os seus consultores e os autores e distribuidores desta publicação, não aceitam nem assumem qualquer responsabilidade ou dever de diligência por quaisquer consequências resultantes de acto ou omissão de qualquer pessoa, em resultado da confiança depositada na informação incluída nesta publicação, ou por quaisquer decisões baseadas na mesma.